



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 4 - 2025/2029

Data da Sessão : 25 de fevereiro de 2026

Início da sessão: 17:00 horas

Términus da Sessão: 20:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

Nuno Fernando Bento Neto, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Luís Filipe Cordeiro de Matos, Carla Isabel Silva Loureiro, César Manuel Guerra Sequeira Estrela, Margarida Isabel Mendes Martinho, Gustavo Miguel Alexandre Gaspar, Ana Teresa Marques de Matos, José Manuel Saldanha Rocha, Nuno Filipe de Oliveira Lopes Serras, Vera Lúcia Marques da Silva, Pedro Manuel Marques Jana, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Catarina Alexandra Martins, Domingos Martins Alves, José Casimiro Gonçalves Pereira, Nuno Miguel Matias Tavares, Carla Cristina Marques Martins, Miguel Alves de Matos, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, Daniel Fernando Marques Lopes Jana

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques e Filipa Alexandra Martins Garcia

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Acta N.º 4 - 2025/2029
25 de fevereiro de 2026

-----INICIO-----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente no edifício da Junta de Freguesia de Cardigos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Informação relativa ao tarifário da Valnor a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2026;**
- 3) Análise e eventual deliberação relativa ao contrato de delegação de competências entre o Município de Mação e a CIM-MT para constituição do SIAC-MT – Autorização de despesa;**
- 4) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos – Praia Fluvial de Cardigos;**
- 5) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro – Praia Fluvial de Carvoeiro;**
- 6) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga – Praia Fluvial de Ortiga;**
- 7) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga – Parque de Campismo;**
- 8) Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar da Albufeira de Ortiga;**
- 9) Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos;**
- 10) Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro;**



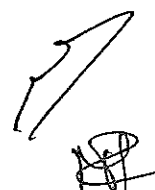
- 11)Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar das Piscinas Municipais Descobertas de Mação;**
- 12)Análise e eventual deliberação relativa à Demonstração de Desempenho Orçamental;**
- 13)Análise e eventual deliberação relativa à Integração do Saldo da Execução Orçamental;**
- 14) Análise e eventual deliberação relativa à 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2026;**

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Faltaram a esta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe Baptista de Matos Marques e Filipa Alexandra Martins Garcia, que justificaram as suas faltas em devido tempo e foram substituídas pelos vogais respetivamente, o vogal Nuno Filipe de Oliveira Lopes Serras e José Casimiro Gonçalves Pereira.

O Sr. Presidente da Mesa iniciou a sessão cumprimentando os presentes e referindo que foi com agrado que registou a presença de um número significativo de munícipes presentes na sala. Mais referiu que esta é uma sessão descentralizada, realizada em Cardigos, uma vez que a Câmara está a realizar, esta semana, uma presidência aberta na freguesia de Cardigos e também porque esta Assembleia quis dar um pequeno sinal de solidariedade para com esta zona norte do concelho, que foi a mais afetada com a passagem da tempestade Kristin, registando-se aqui muitos prejuízos materiais, como todos pudemos ver.

Em seguida deu conhecimento aos presentes, da correspondência recebida, nomeadamente uma carta de uma trabalhadora da Câmara Municipal de Mação expondo uma situação relativa a um processo disciplinar que teve a sua tramitação na Câmara e a trabalhadora quis recorrer à Assembleia, pedido esse que não tem cabimento na Assembleia, conforme parecer jurídico, nos seguintes termos, “ A Assembleia Municipal carece de competência hierárquica para anular ou substituir atos disciplinares da competência do Órgão executivo, nos termos do artigo 225, nº 6 da LGTFE” , pelo que o assunto não será abordado nesta sessão, mas o processo fica disponível para consulta dos membros da Assembleia e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.



Continuou colocando à discussão a acta da sessão de dia 17 de dezembro de 2025. Em seguida colocou a mesma à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e referindo que é realmente diferente esta sessão descentralizada e vem dar razão à bancada do Partido Socialista sobre esta matéria, pois quando eram bancada da oposição fizeram uma proposta de alteração ao Regimento que passava pela realização de, pelo menos duas vezes por ano, se realizarem as sessões em freguesias diferentes para possibilitar o contacto com os munícipes de todo o concelho e espera que esta seja a primeira de muitas Assembleias Municipais descentralizadas. Agradeceu a receção, com muitas pessoas presentes pois considera que, para os membros da Assembleia é importante, pois o seu trabalho fica muitas vezes diluído naquilo que são as suas competências e muito fechado. Em seguida referiu que, na sequência dos problemas causados pela passagem da tempestade Kristin neste território, apresentou a seguinte Moção:

“Moção de Solidariedade para com os Munícipes afetados pela Tempestade Kristin.

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Mação vem manifestar publicamente a sua solidariedade para com todas as populações do concelho afetadas pelos efeitos da tempestade Kristin.

O concelho de Mação, em particular a sua zona norte, foi atingido por este fenómeno meteorológico extremo, registando-se danos muito significativos em habitações, rede viária, infraestruturas elétricas e de comunicações e atividades económicas locais. Há, ainda hoje, famílias privadas das suas casas, habitações destelhadas, empresas seriamente comprometidas na sua atividade e constrangimentos persistentes ao nível das redes de comunicações.

A este cenário somaram-se, nas semanas subsequentes, períodos de precipitação intensa que culminaram em cheias, agravando os danos já existentes, prolongando os constrangimentos sentidos pelas populações e exercendo uma acrescida pressão sobre os serviços envolvidos nas operações de resposta e recuperação, tornando particularmente exigente o processo de reposição da normalidade.



Neste contexto, a Assembleia Municipal de Mação:

1. Expressa a sua total solidariedade para com todos os munícipes afetados, reconhecendo as dificuldades que enfrentam e a incerteza que ainda subsiste quanto à reposição da normalidade nas suas vidas pessoais e profissionais;
2. Reconhece que, pese embora os mecanismos de apoio existentes, a resposta institucional poderá não ser imediata, sendo neste período particularmente relevante a resiliência das comunidades locais, bem como o espírito de entreatajuda, cooperação e camaradagem que tem caracterizado as populações do nosso concelho;
3. Louva o Município de Mação, os Corpos de Bombeiros, os Serviços Municipais de Proteção Civil, as Juntas de Freguesia, as forças de segurança e os serviços militares, designadamente a Guarda Nacional Republicana e o Exército e demais agentes locais, pelo trabalho de grande proximidade desenvolvido no terreno, cuja prontidão, dedicação e sentido de missão foram determinantes para mitigar os impactos desta adversidade e apoiar as populações afetadas.
4. Reafirma o compromisso desta Assembleia em acompanhar a evolução da situação e em pugnar por todas as diligências necessárias à célere reposição das condições de segurança, habitabilidade e atividade económica nas zonas atingidas.

A presente moção deverá ser remetida ao Município de Mação, às Juntas de Freguesia do concelho, aos Corpos de Bombeiros Voluntários, às forças de segurança e aos Serviços Municipais de Proteção Civil, como público reconhecimento do esforço coletivo desenvolvido.”

O Sr. Presidente da Mesa colocou a admissão desta moção à votação, tendo a mesma sido admitida por unanimidade.

Em seguida foi a referida moção colocada à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade.

--- A vogal Carla Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro iniciou a sua intervenção referindo que, com a passagem da tempestade Kristin passámos dias muito difíceis que nos mostraram a fragilidade humana, mas também nos mostrou a capacidade de ultrapassar as dificuldades e os obstáculos. Mais referiu que quando o Sr. Presidente da Câmara dotou as

Juntas de Freguesia com os rádios utilizados pela Proteção Civil estava longe de pensar que eles seriam utilizados tão rapidamente e que os mesmos fizeram toda a diferença pois quando não tinham outro meio de comunicação foi com os referidos rádios que conseguiram comunicar e identificar e resolver os problemas que lhes foram surgindo ao longo destes dias difíceis. Continuou referindo que quer também agradecer a todas as entidades envolvidas na excelente resposta que deram nesta intempérie, nomeadamente o executivo camarário, Proteção Civil Municipal. Bombeiros, GNR, Exército, Aflamação, técnicos do CLDS, empresas particulares que se disponibilizaram para ajudar e estiveram ao lado das populações atingidas, à população que se entreadudou e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, que são sempre aqueles que sofrem o primeiro impacto e que, com certeza, deram o seu melhor.

---O vogal Daniel Jana, Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira apresentou a seguinte Moção, subscrita por todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Mação:

***“Moção Conjunta dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Mação Em Defesa das Freguesias e da Democracia de Proximidade*”**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mação,
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mação,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Falamos hoje em nome das freguesias, mas acima de tudo falamos em nome das pessoas. Falamos com a legitimidade de quem está todos os dias no terreno, de quem conhece os problemas pelo nome próprio e de quem sabe que, na vida real, os problemas dos outros acabam sempre por ser também os nossos problemas.

As freguesias são o primeiro rosto do Estado junto das populações e, cada vez mais, são também o último. Com a digitalização do setor público, os balcões emagrecem, os serviços afastam-se e é na junta de freguesia que o Estado ganha rosto. Quando o sistema não responde, é a freguesia que responde. Quando ninguém atende, é para nós que ligam. Quando tudo falha, é à nossa porta que batem.

Temos de o dizer com clareza: nós somos o para-choques da política. Somos nós que sofremos o primeiro impacto. O impacto das crises, das intempéries, das falhas do sistema, das urgências sociais, da angústia das pessoas.

Quando algo corre mal, é connosco que a população fala. E falamos sempre. De manhã, à tarde, à noite, aos fins de semana e nos dias em que oficialmente não estamos em funções. Os problemas não surgem a meio tempo. As necessidades não aparecem por marcação. E a proximidade não se exerce por horário.

No nosso concelho, composto por seis freguesias, vive-se hoje uma realidade que merece ser sublinhada. Temos o maior número de mulheres presidentes de junta de sempre e a média de idades mais jovem alguma vez registada. Isto é motivo de orgulho e é, acima de tudo, um sinal de esperança no futuro do poder local e desta nova geração de autarcas.

Mas esta geração não se escondeu quando foi preciso agir. Desde a primeira hora, desde a chuva, desde o vento, as juntas de freguesia estiveram sempre presentes. Fomos nós a quem todos ligaram para saber como estavam as coisas, para perguntar pelos familiares, para pedir ajuda, para tentar perceber como resolver perdas e danos. E, sempre sem reconhecimento, sem orientação e sem meios por parte do Estado central.

Ser autarca de freguesia hoje é ser homem ou mulher dos sete ofícios. Somos gestores, mediadores, assistentes sociais e, muitas vezes, psicólogos improvisados. Somos engenheiros, arquitetos, eletricitas, cantoneiros, administrativos. Somos agentes de proteção civil, informáticos, empreiteiros, contabilistas e em alguns casos até coveiros. Fazemos o que é preciso fazer, com os meios que temos, porque sabemos que as pessoas não podem esperar.

É por isso que dizemos, com verdade, que os problemas dos outros são os nossos problemas. E é também por isso que o conceito de autarca a meio tempo não resiste a um único dia na vida real de uma freguesia. Nunca ninguém perguntou se o presidente está a meio tempo ou a tempo inteiro. Nunca ninguém ligou a dizer que é fora de horas. Na prática, somos autarcas a todas as horas, mas continuamos a ser tratados como um poder secundário.

Temos de assumir, sem receio, que somos hoje os trabalhadores mais baratos que o Estado tem. Com enorme responsabilidade, disponibilidade permanente e proximidade diária às populações, continuamos com remunerações e estatutos que não dignificam a função e que afastam pessoas qualificadas do poder local.

Senão vejamos quanto temos sido prejudicados, em comparação à evolução do salário mínimo. Em 2013, um presidente de junta a meio tempo auferia mais 49% que o salário mínimo; em 2017, auferia mais 30%; em 2021 auferia mais 9%. Hoje, o presidente de junta a meio tempo auferia menos 12% que o salário mínimo nacional. Um secretário ou tesoureiro de junta de freguesia em 2013 as suas ajudas de custo eram metade da remuneração mensal mínima garantida. Hoje em dia são 1/4 da remuneração mínima garantida.

E há ainda uma injustiça estrutural que não pode continuar a ser ignorada. As freguesias pagam para existir. Pagam IVA em tudo o que fazem, em obras, serviços e investimentos, ao contrário de outros níveis da Administração Pública. Cada euro investido pelas freguesias fica automaticamente mais caro do que para qualquer outro organismo público. Isentar, baixar ou no mínimo recuperar esse IVA não é um privilégio. É uma questão de justiça e de coerência.

Como é possível a igreja ser ressarcida do IVA, as IPSS deduzem 50% do IVA das suas despesas de investimento, segundo o Estado porque estão a cumprir uma função pública, e bem, mas e as juntas de freguesias não estão a cumprir uma função pública?

Isto é injusto, por três razões fundamentais:

1. Retira a capacidade de investimento às freguesias que já trabalham com orçamentos escassos.
2. Cria desigualdade dentro do próprio poder local, penalizando quem está mais próximo das pessoas.
3. Não se pode pedir às freguesias que assumam mais competências, que respondam a mais coisas e mais depressa e, ao mesmo tempo, subtrair-nos recursos através de um mecanismo que é fiscal.

Segundo dados recentes sobre o nível de confiança dos portugueses nos órgãos e agentes políticos, é claro:

- 70% é o nível de confiança nas juntas de freguesia e nos seus autarcas;
- 50% no Governo;
- 13% nos partidos políticos.

Isto diz bem sobre o nosso papel e sobre o trabalho que desempenhamos. Somos os seis presidentes de junta do concelho de Mação, mulheres e homens de diferentes quadrantes políticos, mas todos trabalhamos lado a lado quando o que está em causa é o bem comum.

Temos orgulho em representar pessoas concretas, territórios concretos e problemas reais. Temos orgulho em ser Presidentes de junta de freguesia. Mas não podemos continuar a sustentar o poder local à custa do sacrifício silencioso de quem está sempre presente, sempre disponível e sempre responsável.

Ou o Estado reconhece, valoriza e capacita verdadeiramente as freguesias, ou continuará a exigir a tempo inteiro aquilo que insiste em tratar como “part-time” político. As freguesias não pedem privilégios. Pedem respeito, meios e justiça. Por tudo isto é urgente:

Revisão da Lei das Finanças Locais – por uma questão de justiça e de coerência.

Reforço do Fundo de Financiamento das Freguesias – queremos freguesias capazes de criar novas respostas.

Descentralização efetiva – com competências claras e recursos adequados.

Valorização do estatuto do eleito local – queremos ter autarcas de compromisso pleno.

Acesso a fundos comunitários – queremos dar o salto qualitativo para o desenvolvimento dos territórios.

As freguesias já provaram que, quando lhes são confiadas responsabilidades, respondem com trabalho e resultados.

Porque quando se acredita nas freguesias, quem ganha são sempre as populações.”

O Sr. Presidente da Mesa colocou a admissão desta moção à votação, tendo a mesma sido admitida por unanimidade.

Em seguida foi a referida moção colocada à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade.

--- O vogal Francisco Correia iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de solidariedade a todos aqueles que foram afetados pela tempestade Kristin,

bem como também uma palavra a todos os que estão empenhados na resolução dos problemas causados por essa catástrofe. Continuou a sua intervenção questionando o executivo camarário sobre o ponto de situação das obras de reabilitação urbana de Cardigos. Continuou solicitando informação sobre a obra de requalificação urbana da vila de Mação, no que concerne ao estacionamento e abrigo de passageiros junto à Escola sede do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte de Mação e, sobre este assunto deixou a recomendação para que o abrigo de passageiros fosse colocado na parte lateral da Escola, que dá para as Piscinas Cobertas, pelo facto de ser mais seguro para os alunos que utilizam os transportes e também numa tentativa de tirar o trânsito da Avenida, na hora de levar e deixar os passageiros. Mais questionou, relativamente à obra de requalificação da vila de Mação, na entrada norte da vila até ao centro, se tudo está a ser cumprido conforme o projeto, se algo foi alterado e se está tudo a correr conforme era esperado.

--- O vogal César Estrela iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou apresentando a seguinte intervenção:

“Os fenómenos meteorológicos que temos vivido ultimamente criaram marcas profundas no nosso território. Estes episódios deixaram claro que não estamos perante situações pontuais, eles irão tornar-se mais frequentes, mais intensos e mais exigentes. Num concelho como o nosso, com um território vasto, com populações dispersas e acessos por vezes difíceis, cada nova ocorrência representa um risco real. Estes problemas irão surgir tendencialmente nos mesmos locais, o que demonstra a necessidade de respostas estruturais planeadas e é importante afirmá-lo com clareza, pois não podemos continuar a intervir depois do problema acontecer. A prevenção deve ser assumida como uma prioridade política permanente e isso implica agir antes de acontecer através de ações adequadas que exigem conhecimento, planeamento, responsabilidade e boas decisões. Queremos um concelho mais preparado, mais resiliente e mais seguro, um concelho que não espera pelo próximo acontecimento para poder agir, um concelho que se antecipa, protege e cuida do seu território. A segurança das pessoas não pode depender da sorte nem da improvisação, apostar na prevenção não é um custo neste caso, mas sim um investimento na proteção da vida, dos bens de quem escolhe viver em Mação”. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente a este



período houve uma coisa que lhe chamou a atenção, uma medida que não quer deixar passar e quer louvar pessoalmente o apoio ao teletrabalho que, no momento das falhas de energia e comunicações, pretendeu dar resposta a todos os constrangimentos decorrentes da situação, e foram disponibilizadas condições de continuidade à atividade profissional garantindo o acesso à internet no Parque de Campismo Municipal de Ortiga. Em seguida apresentou a seguinte intervenção sobre o Canil Intermunicipal de Proença:

“Frases como, “monstruoso canil de Proença” ou “Auschwitz de Portugal”, não ficam bem a Mação. Informaram-me que já houveram denúncias, que foi dado conhecimento a deputados e ministros, que há acusações a mais de uma dezena de Presidentes de Câmara passados e presentes, informaram-me que muitos sabem disto e calam, permitindo e mantendo a situação. A prática de capturar, transportar e despejar, abater animais às centenas ou enviando-os para o estrangeiro, exportando e calando problemas. Disseram-me que não querem corrigir para não terem de assumir o pavor que tem acontecido por anos a fio e tem sido alimentado.” E em relação a esta matéria questionou sobre o que se pode saber sobre a mesma, do que é que há conhecimento, qual é o interesse da Câmara Municipal de Mação e o que é que tem sido feito naquele canil a centenas de animais, em muitos anos de funcionamento. Mais questionou se existe alguma solução e o que fazer para resolver este problema. Mais referiu que tem conhecimento de que existem mecanismos que permitem o acompanhamento desta situação.

Em seguida apresentou a seguinte intervenção: “Fruto de decisões tomadas por sucessivos executivos, ao longo de décadas, o património municipal cresceu. Foram acrescentados terrenos, edifícios, de diversas tipologias, com diferentes fins e em diversos estados de conservação, estando uma parte cedida, seja a título oneroso ou gratuito, a diversas entidades, associações e outra parte está devoluta. A atual Assembleia Municipal de Mação e as Juntas de Freguesia não têm uma informação atualizada e sistematizada sobre todo este património. É absolutamente imperativo que o património municipal seja mobilizado na prossecução dos fins de interesse público a que deve estar sujeito e que a sua gestão responda aos princípios da boa administração e transparência. Proponho que os serviços municipais competentes organizem e atualizem uma lista exaustiva dos diferentes imóveis que são património



municipal. Deve solicitar à Assembleias de Freguesia que forneçam inventários de todos os edifícios, edificados ou terrenos municipais, estado de conservação e utilização atual, que se encontrem no território de cada uma das freguesias. Consumada toda esta informação e tudo o que é património imobiliário, seja publicada na página da Câmara na internet, para que a mesma possa estar facilmente acessível a quem queira consultar e, conseqüentemente fique sujeita a um maior escrutínio.”

--- A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, agradecendo a forma como esta Assembleia foi recebida e referindo que é um grande privilégio estar em Cardigos. Mais referiu que a bancada do Partido Socialista muitas vezes questionou o anterior executivo sobre o andamento da obra de requalificação urbana de Cardigos e, mais uma vez e com o novo executivo, volta a questionar sobre o ponto de situação das referidas obras. Continuou solicitando informação sobre o andamento das obras do novo Posto Médico de Cardigos. Terminou a sua intervenção solicitando informação sobre se as praias fluviais do concelho de Mação estarão em condições de funcionamento no início da próxima época balnear, tendo em consideração os estragos causados pela tempestade em cada uma delas.

--- O vogal Nuno Serras iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção deixando uma palavra de solidariedade a todos que foram afetados pela passagem da tempestade dos últimos dias e uma palavra de força a todos ao Presidentes das Juntas de Freguesia, bem como ao executivo municipal, pois tem a certeza que todos tentaram fazer o melhor que lhes foi possível para ajudar todas as pessoas que foram afetadas por este fenómeno. Em seguida referiu que hoje tivemos o Governo a apresentar aos partidos o PTRR e solicita informação sobre o que é que está a ser pensado em termos municipais, se há alguma resposta preparada em termos da Comunidade Intermunicipal ou em termos de CCDR e como é que todos nos podemos preparar agora para a solução do problema que aconteceu. Termina solicitando informação sobre se algum património municipal foi afetado e quais poderão ser os custos que isso poderá acarretar.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes em também os que acompanham a transmissão desta



sessão nas suas casas e agradece todas as questões que foram colocadas. Continuou deixando uma palavra de solidariedade para com as populações de Cardigos e de outras freguesias do concelho de Mação que foram atingidas por esta tempestade, referindo que a Câmara fez um esforço para tentar dar o seu melhor no apoio prestado e considera que, de alguma forma, conseguiu superar aquilo que se impunha. Continuou referindo que, as palavras dos vogais Cláudia Cordeiro, Carla Martins e Daniel Jana provam um pouco aquilo que foi o desassossego do executivo naquela madrugada do dia 28 de janeiro, bem como dos dias que se seguiram pois choveu muito e foi necessário acudir a muitas situações que daí advieram e posteriormente as cheias do Tejo em Ortiga, que ainda afetou algumas pessoas e para as mesmas deixa também a sua palavra de solidariedade. Mais referiu que foi um fim de mês de janeiro e um mês de fevereiro muito intenso, mas de alguma forma, com a colaboração de todos e todos em união tentaram minimizar um pouco aquilo que foi o sofrimento das pessoas com esta situação e o município continua disponível para continuar a ajudar naquilo que puder e que estiver dentro das suas competências. Continuou agradecendo a Moção apresentada pela vogal Cláudia Cordeiro e aprovada por unanimidade, pois fica o registo do que aconteceu para memória futura. Relativamente à intervenção da vogal Carla Martins, agradeceu as palavras, que considera incentivadoras e estimulantes e também a questão dos rádios que considerou terem sido, efetivamente, uma mais valia e uma boa ferramenta neste período. Em relação à intervenção do vogal Daniel Jana referiu que concorda inteiramente com o que está plasmado na Moção apresentada e aprovada, considerando que ainda falta na mesma um pormenor que se prende com a forma como as Juntas de Freguesia estão a ser tratadas no reporte dos prejuízos causados por esta tempestade, pois saíram mapas da CCDR para trabalhar com os municípios de tudo aquilo que são os estragos nos equipamentos municipais e em duas reuniões com membros do Governo em que esteve presente referiu que era muito importante olharmos para aquilo que foi o papel das Juntas de Freguesia neste socorro e para aquilo que era o património das freguesias também afetado nesta tempestade. Em relação a esta matéria informou que apareceu, uns dias depois, no âmbito do link que dá acesso à Câmara da mesma poder inserir os estragos do município, também vem lá uma alínea para os municípios inserirem



os estragos das freguesias. Considera que a referida Moção deveria ter ido um pouco mais longe e reforçou a sua total solidariedade com a mesma, pois considera que a DGAL deveria, de imediato, à semelhança do que foi feito pela CCDR, ter libertado um portal para que as próprias Juntas de Freguesia inscrevessem os estragos e prejuízos que tiveram, nomeadamente em Cardigos, a Junta teve grandes prejuízos no seu estaleiro, em telhados e no cemitério, infraestrutura essa que foi afetada em várias freguesias também, devido à queda de árvores nos mesmos. Deixou a garantia que, da parte do município, tudo fará para incluir tudo aquilo que foram os prejuízos das freguesias, compromisso já assumido com as mesmas. Relativamente à questão colocada pelo vogal Nuno Serras, informou que existem já orientações para, até ao final desta semana, preencher toda a panóplia de mapas com os danos existentes nos edifícios municipais, com a inclusão dos equipamentos das freguesias, das associações, das IPSS's e vai ser feito o reporte de tudo e vai ser encontrado um valor final, que ainda não está fechado neste momento, mas poderá andar na ordem dos seis milhões de euros. Mais informou que a Câmara tem estado em contacto com a CIMT e a CCDR e o foco do executivo, esta semana está aqui em Cardigos, mas também no preenchimento de todos os mapas necessários pois os mesmos serão determinantes para o apoio que possamos vir a receber de toda esta situação.

Relativamente à questão do vogal Francisco Correia sobre as obras de requalificação urbana de Cardigos, referiu que as mesmas são um dilema que vem do passado e que continua. Mais referiu que, quando chegou ao executivo, uma das primeiras coisas que fez foi reunir com os serviços e com a empresa contratada para perceber o que efetivamente se passava e foi assumido um compromisso por parte do empreiteiro de acabamento das obras em 30 de maio, mas surgiu um inverno muito rigoroso e a tempestade que inviabilizou algumas coisas e ontem realizou-se uma reunião com o empreiteiro que já entregou alguns compromissos assumindo que 30 de maio será impossível devido ao tempo, mas considerando que poderá entregar a obra até ao início do verão e, considerando alguns contactos feitos pela empresa, o executivo crê que poderá resolver-se desta vez. Mais referiu que, relativamente à questão do estacionamento e abrigo de passageiros junto à Escola sede do Agrupamento, vai ser aberta uma discussão pública a Junta de Freguesia e a

comunidade escolar para apresentação da proposta que o município considera adequada para aquela situação, de forma a que a melhor solução seja encontrada por todos. Relativamente à requalificação urbana da vila de Mação referiu que a obra foi iniciada e foi feita uma pequena alteração dentro do material que está a ser aplicado, pois estava previsto serem aplicadas lajetas iguais às aplicadas na zona da escola e, por entendermos que o material de granito é mais resistente e indo um pouco ao encontro do que eram as opiniões dos utilizadores e moradores, a Câmara consultou o projetista da obra e entendeu que poderia ser feita aquela alteração que até diminui o preço da obra em 2% e vão ser colocadas lajetas de granito de 5 por 6, que ficarão mais macias para as pessoas e até para as cadeiras de rodas, em granito.

Relativamente às questões do vogal César Estrela e no que concerne ao canil intermunicipal, referiu que esse é um ponto onde este executivo ainda não chegou, não dispondo ainda de informações que possa transmitir e deixa o compromisso de, em próxima sessão informar sobre o assunto. Em relação ao património municipal referiu que a observação do vogal César Estrela é correta e que o mesmo deve estar disponível e transparente. Mais referiu que esta era uma matéria sobre a qual sempre se pronunciou enquanto membro das Assembleias Municipais em mandatos anteriores e, quando chegou à Câmara verificou que já havia um esforço feito pelo executivo anterior para identificar e atualizar esse património. Referiu ainda que a Câmara tem muito património e, infelizmente, muito desse património não está ainda regularizado e, neste momento, temos uma task force montada para fazer esse trabalho, que vai levar algum tempo porque há situações de destaque, há situações de terrenos cujos proprietários atuais são os herdeiros do inicial e isso torna tudo mais complicado, pelo que este é um trabalho que não se faz rapidamente, mas que este executivo está empenhado em fazer.

Relativamente à questão sobre as obras do Posto Médico de Cardigos, colocada pela vogal Carla Loureiro, referiu que teve a informação que a obra deveria estar concluída no final de março, mas como o tempo não ajudou e o empreiteiro teve muitas dificuldades em fazer a secagem do interior do edifício para poder aplicar determinados materiais, mas se não surgir mais alguma dificuldade, o compromisso do empreiteiro é mesmo entregar a obra em 31 de março de 2026. Relativamente às praias fluviais, o executivo considera ter

condições para as praias abrirem no dia 13 de junho, dia da abertura da época balnear, apesar de ainda haver muito trabalho a fazer, nomeadamente em Carvoeiro e especialmente em Cardigos pois as árvores que caíram ficaram todas dentro da praia e é necessário tirar toda aquela madeira, que é muita e também, posteriormente nivelar a terra e tapar os buracos deixados pelas raízes arrancadas.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Informação relativa ao tarifário da Valnor a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2026;**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que já tinha dado esta informação na sessão de dezembro de 2025 desta Assembleia, mas verificou-se a necessidade desta informação ser prestada de formalmente e constar em Ordem de Trabalhos, pelo que são aqui hoje presentes os documentos com informação do tarifário e respetivos aumentos da Valnor a aplicar no ano de 2026.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Análise e eventual deliberação relativa ao contrato de delegação de competências entre o Município de Mação e a CIM-MT para constituição do SIAC-MT – Autorização de despesa;**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que este ponto consiste na delegação de competências na CIMT sobre um processo energético e a própria CIMT disponibilizou um técnico da área para poder dar explicações mais precisas e mais claras sobre o mesmo. Em seguida apresentou o Sr. José Beça, técnico da CIMT, que fez uma dissertação sobre o projeto energético a desenvolver e respondeu também a algumas questões técnicas colocadas por alguns membros da Assembleia.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, autorizar o contrato de delegação de competências entre o Município de Mação e a CIM-MT para constituição do SIAC-MT, bem como a autorização de despesa;



O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos – Praia Fluvial de Cardigos;**

--- O Sr. Presidente da Mesa referiu que os próximos 3 pontos da Ordem de Trabalhos são Acordos de Execução celebrados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia de Cardigos, Carvoeiro e Ortiga e são em tudo semelhantes, pelo que propõe que sejam discutidos em conjunto e votados posteriormente separadamente, o que foi unanimemente aceite pela Assembleia.

--- O Sr. Presidente referiu que estes documentos são acordos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia para que as mesmas possam, durante a época balnear, tomar conta dos espaços das praias fluviais. Mais referiu que esta situação já vem acontecendo há alguns anos e tem corrido muito bem e, por isso, a opção deste executivo foi que as Juntas de Freguesia continuem a fazer esta prestação de serviços, com este acordo entre as duas entidades. Referiu ainda que estes Acordos já foram aprovados por unanimidade na Câmara, tendo também, anteriormente, sido já conversado com as Juntas de Freguesia sobre a possibilidade desta continuidade, e as mesmas mostraram toda a disponibilidade para continuar, pelo que estes documentos expressam a vontade da Câmara e das Juntas de Freguesia nesta matéria e entendemos que será uma mais valia para o concelho de Mação serem as Juntas de Freguesia a executar este trabalho. Referiu ainda que o valor destes Acordos de Execução é exatamente o mesmo do ano passado e considera que, à semelhança de anos anteriores, tudo irá correr bem.

--- O vogal Domingos Alves iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, relativamente aos Acordos de Execução, sobre os quais o Sr. Presidente afirmou ter o acordo das Juntas de Freguesia, os mesmos parecem-lhe um bom acordo para a Câmara e um mau acordo para as Juntas de Freguesia. Mais referiu que os mesmos pecam, logo no início, por não estar justificado nos mesmos a discrepância de valores de umas Juntas de Freguesia para outras e os pagamentos são feitos mediante a apresentação de relatórios e isso é mais uma sobrecarga de serviço que vai, mais uma vez, para os Presidentes das Juntas de Freguesia. Referiu ainda que estes Acordos têm um poder discricionário total pois o município paga o que



quer e quando quer e o valor que quiser e isto, na sua opinião, podia ser feito em função das tarefas e, mensalmente eram elencadas umas quantas tarefas e seria pago um determinado valor que seria diferente conforme a época baixa ou a época alta e não em função de relatórios. Mais referiu que considera estes Acordos de Execução muito discricionários e poderiam ser contratos muito bem feitos, com tarefas e pagamentos, tudo muito bem alinhado.

--- O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do vogal Domingos Alves e referiu que é forçado a concordar que os referidos relatórios serão, efetivamente, mais um trabalho para as Juntas de Freguesia e deixou um desafio ao referido vogal para que o mesmo possa colaborar com a Câmara, de forma a melhorar os referidos Acordos de Execução para os próximos anos. Mais referiu que as diferenças de valores entre os Acordos têm a ver com a dimensão da praia e do espaço envolvente da mesma.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção o Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos – Praia Fluvial de Cardigos;

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro – Praia Fluvial de Carvoeiro;**

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção o Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro – Praia Fluvial de Carvoeiro;

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga – Praia Fluvial de Ortiga;**

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção o Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga – Praia Fluvial de Ortiga;

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Análise e eventual deliberação relativa a Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga – Parque de Campismo;**

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção o Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga – Parque de Campismo;

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar da Albufeira de Ortiga;**

---- O Sr. Presidente da Mesa referiu que os próximos 4 pontos da Ordem de Trabalhos, apesar de se tratar de abertura de procedimentos por parte da Câmara e estar em Ordem de Trabalhos como deliberação a tomar, efetivamente essas deliberações não são necessárias devido ao valor das mesmas.

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que foram formalizados os processos para a abertura de procedimentos para a concessão destes espaços para a época balnear, que funcionarão nas praias fluviais e nas piscinas descobertas de Mação, uma vez que os bares são um equipamento importante nesses espaços. Mais referiu que estes procedimentos são semelhantes aos dos anos anteriores, mas de acordo com a informação dos serviços, este ano, compete à Câmara Municipal aprovar os mesmos, não se verificando necessária a intervenção da Assembleia Municipal devido ao valor dos mesmos. No entanto, os procedimentos são aqui presentes para conhecimento da Assembleia e

também para que a mesma se possa pronunciar sobre esta matéria, se assim o entender.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: 9) **Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos;**

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: 10) **Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro;**

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: 11) **Análise e eventual deliberação para abertura de procedimento para a Concessão da Exploração do Bar das Piscinas Municipais Descobertas de Mação;**

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: 12) **Análise e eventual deliberação relativa à Demonstração de Desempenho Orçamental;**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a aprovação das contas do Município do ano anterior são apresentadas em abril, no entanto, existe uma prerrogativa da Lei que permite aos municípios, mais cedo, poderem fazer a utilização do saldo orçamental da gerência anterior e, para que isso aconteça é necessário que esse saldo esteja apurado e essa situação já se verifica, existindo um mapa de demonstração de desempenho orçamental, tendo já os serviços apurado o saldo orçamental do ano anterior, num valor de 5.873.095,92€ (cinco milhões, oitocentos e setenta e três mil noventa e cinco euros e noventa e dois cêntimos). Mais referiu que é esse mapa que é presente aqui e o qual o executivo apresenta para votação nesta Assembleia.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental;

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 13) da Ordem de Trabalhos: 13) **Análise e eventual deliberação relativa à Integração do Saldo da Execução Orçamental;**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o proposto neste ponto da Ordem de Trabalhos é que o saldo orçamental do ano anterior, num valor de 5.873.095,92€ (cinco milhões, oitocentos e setenta e três mil noventa e cinco euros e noventa e dois cêntimos) seja integrado no Orçamento deste ano.

--- Seguidamente o ponto 13) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Integração do Saldo da Execução Orçamental no Orçamento de 2026.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 14) da Ordem de Trabalhos: 14) **Análise e eventual deliberação relativa à 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2026;**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que esta Revisão Orçamental resulta da inclusão do Saldo de Gerência no Orçamento em vigor. Mais referiu que aquando da apresentação do Orçamento, em dezembro, o executivo já tinha uma perspetiva daquilo que poderia resultar deste saldo orçamental e, por isso algumas rubricas não foram dotadas de importâncias suficientes, conforme foi questionado na sessão de dezembro, e este saldo vem agora colmatar todas essas situações. Mais referiu que, com a tempestade Kristin e com o facto da Chefe de Divisão Financeira estar de baixa prolongada por doença, pode haver algum pormenor que tenha ficado por complementar relativamente àquilo que era o propósito inicial deste executivo, mas de qualquer forma haverá sempre margem para ir corrigindo ao longo do ano com uma alteração orçamental. Mais referiu que esta alteração resulta do trabalho feito pelo executivo daquilo que são as necessidades do executivo para alocar à despesa programada ao longo do ano.

--- O vogal Nuno Serras iniciou a sua intervenção referindo que, quando é feita a apresentação do Orçamento, o saldo de gerência anterior já é uma previsão, que pode não ser exata, mas que já existe muito aproximada e que será um acrescento ao Orçamento. Mais referiu que quando os membros da Assembleia estão a fazer a análise dos documentos orçamentais e verificam que existem rubricas com o valor mais baixo que o habitual ou necessário, ficam em crer que vai haver decréscimos em determinadas rubricas e assim

sugere que, quando for apresentado o Orçamento e tendo já o executivo a ideia onde irá acrescentar o saldo de gerência, seja feita essa referência sobre onde se estará a prever para que, na discussão dos documentos se possa já analisar com a ideia mais clara de onde irá ser aplicado o saldo de gerência e como ficará efetivamente o valor das rubricas, o que levará a uma melhor discussão do Orçamento e que será mais profícuo para todos.

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que está totalmente de acordo com a sugestão do vogal Nuno Serras, mas quando o executivo estava a elaborar o Orçamento tinha acabado de chegar à Câmara e não conhecia ainda a realidade e não pode trabalhar esses valores. Mais referiu que considera ter “desculpa” este ano, mas no próximo ano será com certeza diferente.

--- Seguidamente o ponto 14) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2026;

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

MIGUEL FARINHA

Presente na sessão, o Sr. Miguel Farinha, residente em Roda, freguesia de Cardigos iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e referindo que foi com muita satisfação que viu a realização desta Assembleia em Cardigos. Continuou solicitando informação ao executivo sobre timings das indemnizações às populações para os estragos provocados pela tempestade Kristin pois na moção da bancada do Partido Socialista foi referido que as mesmas poderão não ser imediatas. Mais referiu que, relativamente às obras de requalificação urbana de Cardigos, questiona sobre se seria possível minimizar o sofrimento da população tapando os buracos no inverno e com o pó no verão. Referiu ainda que, relativamente à Escola de Música de Cardigos, foi informado em Assembleia de Freguesia que esse assunto estaria com a Srª Vereadora Vanda Serra, e gostaria de ter informação sobre esta matéria. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente às comunicações, que não existem neste momento e que normalmente são más, prejudicam imenso quem trabalha remotamente de casa e questiona se não haverá uma “voz firme” que faça valer os nossos direitos nesta matéria pois se o serviço é para todo o país, nós aqui também fazemos parte do mesmo e, se queremos ter pessoas cá a trabalhar temos de cá ter comunicações que permitam isso



acontecer. Terminou a sua intervenção referindo a proteção das aldeias e a Lei que diz que em volta das aldeias tem de haver um perímetro de segurança de 100 metros, mas o que se vê nas nossas aldeias são várias espécies de árvores em volta das mesmas e, nesta tempestade muitas dessas árvores caíram para cima de postes de comunicações, provocando um estrago ainda maior e assim considera que a Lei que referiu deve ser cumprida e questiona o executivo se vai agir em conformidade. Referiu ainda, relativamente aos KIT's de primeira intervenção, que considera ter sido uma excelente ideia, mas que para ser posto a trabalhar necessita de duas ou mais pessoas para o colocarem em cima da viatura e, nesse sentido sugere que o município pudesse disponibilizar um reboque para que o kit estivesse operacional sempre que fosse necessário.

HELENA CUNHA

Presente na sessão a Sr.^a Helena Cunha, residente em Cardigos que referiu que desde a passagem da tempestade não consegue entrar na casa da sua mãe, tendo pedido ajuda, mas ninguém lhe prestou essa ajuda. Mais referiu que já ouviu nesta Assembleia muita gente a falar de ajuda, mas para si essa ajuda não chegou. Referiu ainda que já comunicou a sua situação ao Sr. Vice Presidente e espera por ajuda para o seu problema.

ELIZABETE FRUTUOSO CÂNDIDO

Presente na sessão a Sr.^a Elizabete Frutuoso Cândido, residente em Cardigos que iniciou a sua intervenção referindo que só ouviu falar em praias fluviais, mas na sua opinião o mais importante são as casas das pessoas. Referiu o caso de uma munícipe idosa que ficou desalojada, sem vaga em nenhuma instituição, estando neste momento numa instituição no Cartaxo e está muito infeliz pois não conhece ninguém. Mais referiu que, se as obras são para avançar e vão mexer em tudo, considera que era o momento para meter gás natural, pois o mesmo é importante para o desenvolvimento. Questionou porque não é colocado em Cardigos um posto de carregamento para os carros elétricos. Referiu ainda que é proprietária de um estabelecimento e gere um alojamento local e já é o segundo verão em que os seus clientes vão transtornados com esta situação das obras e outros ficam menos dias do que o previsto pois as fotos da net não são o que depois aqui encontram. Mais referiu que, relativamente à praia fluvial de Cardigos, a mesma fechava às 19 horas e



muitas pessoas ficavam sem ter onde ir jantar e tinham de se deslocar a concelhos vizinhos. Referiu ainda que existe falta de bombeiros em Cardigos e que, relativamente ao Jardim de Infância de Cardigos, as educadoras telefonam aos pais a dizer para irem buscar os filhos mais cedo, até às 17:30h e isso é muito prejudicial para as empresas onde os pais trabalham.

JOSÉ ESTEVES

Presente na sessão o Sr. José Esteves que referiu que, na consequência da passagem da tempestade Kristin nem tudo foi mau e agradece a intervenção e ajuda do Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos que, em conjunto com uma técnica da Ação Social da Câmara rapidamente o ajudaram, bem como a visita do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice-Presidente à sua habitação que ficou destelhada e com água até ao rés-do-chão, tendo sido apoiado com prontidão e eficiência.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção agradecendo as questões apresentadas. Continuou referindo que, relativamente às questões do Sr. Miguel Farinha e no que diz respeito às indemnizações referiu que tem a informação de que, alguns apoios para a primeira habitação, ao nível das regiões afetadas, já estão a ser pagos. Mais informou que á data de ontem tínhamos 84 candidaturas de danos na primeira habitação, que foram canalizadas via CCDR e foi criada na CIMT uma equipa que validam todas essas candidaturas e as mesmas estão em processo de validação e os processos estão a andar e logo que sejam validadas, em poucos dias são pagas. Relativamente às obras de Cardigos referiu que a Câmara já começou a fazer o solicitado de minimizar os buracos com uma máquina e quando vier o calor, se levantar muito pó viremos passar água para minimizar também o pó. Em relação á Escola de Musica informou que já chegaram ao executivo as indicações sobre essa questão e aquilo que o executivo está a fazer é remodelar as atividades do município em conjunto com algumas que as Juntas de Freguesia têm e a Escola de Música fará parte desse programa reformulado que será apresentado brevemente pelo executivo, se for essa a vontade das pessoas de Cardigos. Relativamente às comunicações e á internet referiu que é verdade que ainda existem muitas falhas e lacunas de comunicação no nosso território e, obviamente, a Câmara e todas as entidades do concelho, em conjunto até com as empresas, teremos de interceder junto das operadoras

para que esta situação seja melhorada porque muitas pessoas que estão em teletrabalho e também todos que trabalham com a internet cá e que aqui vivem não têm a força de internet desejada para poderem trabalhar na mesma. Em relação à proteção das aldeias, informou que foi divulgado e publicado e estamos com o projeto de condomínio de aldeia em marcha e a freguesia de Cardigos tem quatro processos, nomeadamente Moita Recome, Arganil, Freixoeiro e Freixoeirinho e este procedimento vai ao encontro daquilo que é a Lei e vai fazer cumprir a Lei. Mais informou que no que diz respeito ao resto do território, compete à AZR que é quem tem esse território para trabalhar, portanto será a Câmara e a AZR que têm de trabalhar em conjunto para que a Lei seja cumprida nos territórios. Quanto aos kit's, o objetivo dos mesmos não é serem de primeira intervenção, mas sim que possam guardar uma casa, que possam fazer um rescaldo porque efetivamente os kit's não têm equipamento que possa fazer primeira intervenção em todo o terreno, pelo que os mesmos devem ser salvaguardados para proteção a uma casa ou a uma área pequena nas aldeias. Mais referiu que existem dificuldades de material e talvez não seja o mais apropriado nos dias de hoje, temos dificuldade em movimentar o material e em carrega-lo, mas o executivo está a estudar para encontrar uma solução, em conjunto com as Juntas de Freguesia que irá ao encontro do sugerido e mesmo para além disso, mas o executivo precisa de tempo para trabalhar pois ainda só está em funções há quatro meses e as coisas não se resolvem com um estalar de dedos.

Relativamente à situação reportada pela Sr^a Helena Cunha referiu que não tinha conhecimento da situação, mas o Sr. Vice-Presidente irá pô-lo ao corrente da situação, e amanhã irão ao local ver e avaliar a situação, porque estas vindas ao território servem exatamente para ouvir as pessoas e verificar as situações apresentadas.

Relativamente às questões apresentadas pela Sr^a Elizabete Cândido, e em relação à pessoa desalojada da qual falou, informou que numa noite de mau tempo, houve uma parede de uma casa que ruiu, os serviços de Ação Social entraram imediatamente no terreno e foram contactados os filhos da senhora que residem em Lisboa e um dos filhos prontificou-se imediatamente para vir a Cardigos buscar a mãe e veio e, às 22 horas, quando o filho chegou, a Assistente Social do município estava lá e prestou todo o apoio necessário. Em



seguida o filho da senhora informou que levava a mãe para Lisboa e levou-a. Esta senhora tinha família e o filho levou-a para Lisboa com ele, mas dois dias depois apareceram na Câmara os dois filhos e a idosa a informar que a mesma estava desalojada e que necessitavam de um Lar para a colocarem lá, mas ao contactar o Lar de Cardigos foi informado que o mesmo não tinha vagas pelo que a idosa ficou com os dois filhos porque a responsabilidade é da família porque a senhora tinha família. Relativamente ao gás natural, não podemos ter a certeza se o mesmo alguma vez cá chegará, mas a energia para carros elétricos chegará brevemente porque, no âmbito da conclusão destas obras será cá colocado um posto de carregamento para os veículos elétricos. Relativamente à praia fluvial de Cardigos as fotos não correspondem à praia agora, neste momento, após a passagem da tempestade, mas as fotos que aparecem nas redes sociais tiradas por utentes da mesma correspondem exatamente ao que existe, bem como as fotos da página do município. Mais referiu que a praia fluvial de Cardigos tem sempre imensa afluência de pessoas, mas compreende que estas obras criam dificuldades e constrangimentos a quem vem e o executivo tem consciência disso e está a fazer tudo o que lhe é possível para resolver o problema. Quanto à questão da hora do encerramento da praia, informou que o que está no regulamento é que a praia fecha às 19 horas e é assim para dar a possibilidade aos restaurantes trabalharem e não terem concorrência da praia pois não é esse o objetivo da mesma nem do município. Relativamente aos bombeiros de Cardigos, informou que a tempestade também provocou danos no edifício dos bombeiros e com tempo de chuva não havia condições para que os bombeiros lá permanecessem, hoje mesmo veio uma equipa fazer uma avaliação para saber se poderiam lá permanecer e, a partir de hoje, os bombeiros voltam para o quartel, as obras ainda não estão feitas, mas se não chover os bombeiros estarão no quartel de Cardigos como habitualmente. Mais informou que hoje mesmo teve uma reunião tendo em vista a realização das obras necessárias no quartel pois tem consciência da dificuldade e da distância de Cardigos nestas questões do socorro. Em relação à questão do horário do Jardim de Infância referiu que não tem conhecimento da situação que foi apresentada, mas irá informar-se da situação e tomar as medidas que forem necessárias.

Relativamente à intervenção do Sr. José Esteves, agradeceu as palavras e informou que estavam no terreno quando tiveram conhecimento do caso deste munícipe, foram ver a situação, o Presidente da Junta foi buscar as telhas para serem colocadas por um pedreiro que estava já no local, o casal foi realojado e, quando a casa tinha já condições, voltaram para a sua casa.

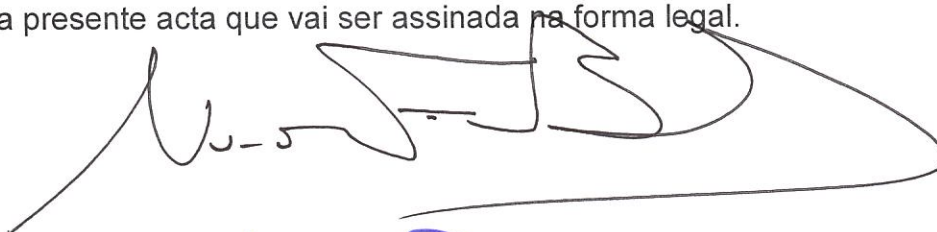
Mais informou que nesta tempestade tivemos 56 desalojados e o município conseguiu situações muito próprias, muito ao encontro daquilo que eram as vontades das pessoas e, neste momento, estão apenas 6 pessoas desalojadas no concelho, uma delas em Cardigos.

Terminou deixando a promessa que a Câmara está a tentar minimizar os constrangimentos com os arruamentos e está a tentar encontrar solução para as obras, tendo consciência que esta não é uma situação fácil, não foi no passado e não está a ser agora.

--- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos agradeceu a presença de todos que estiveram nesta sessão da Assembleia Municipal e manifesta a sua disponibilidade para tudo o que os seus munícipes necessitem.

-----ENCERRAMENTO-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e as várias participações, pois considera que a democracia se faz com a intervenção das pessoas e dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.



Manuela Filipe